

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Ourinvest Securitizadora S.A., levantadas em 31 de dezembro de 2016, bem como o Parecer dos Auditores Independentes.

### Principais acontecimentos operacionais em 2016

Em janeiro foi alterado o objeto social da Companhia para inclusão da atividade de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI.A partir de então as atividades operacionais foram incrementadas, inclusive com a contratação de profissionais, notadamente de um Diretor Comercial.

Em abril foi realizada a 4ª Série da 2ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”), tendo como lastro cessão de recebíveis de contrato de fornecimento de madeira entre Duratex Florestal Ltda.,cedente, e Duratex S.A. devedora. O CRA foi distribuído através de oferta pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio sob o regime da Instrução CVM nº 400(ICVM400), no valor de R\$ 675 Milhões.

Em agosto a Companhia fez sua primeira emissão de CRI com lastro em financiamento imobiliário tomado pela TECNISA S.A. e pelaSTUHLBERGER INCORPORADORA LTDA., em montante de R\$ 90 Milhões.

Por fim, em dezembro foram realizadas:(i) a 5ª Série da 2ª Emissão de CRA, com risco Duratex S.A., com vencimento para dezembro de 2022, no valor de R\$ 700 Milhões, distribuídos para Investidores Profissionais; e (ii) a 2ª, 3ª e 4ª Séries da 1ª Emissão de CRI, com lastro em financiamento tomado pela TECNISA S.A., no montante de R\$50 milhões.

### Investimentos

A Companhia investiu em aparelhamento tecnológico atualizado e no desenvolvimento e implantação de software de gestão de carteiras, que já se encontra implantado, auxiliando na administração e gestão dos CRA e CRI emitidos.

### Eventos Societários

Além da alteração do objeto social da Companhia, logo no início de 2016, foi aprovado em dezembro de 2016, o aumento do capital social da Companhia mediante capitalização de crédito de R\$746.000,00, contabilizado em favor da única acionista Ourinvest Participações S.A.; e a redução do capital social da Companhia no valor total de R\$7.138.115,41 para a absorção dos prejuízos acumulados conforme registrados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2015.

## **Cenário e Perspectivas**

O ano de 2016 foi um ano de grandes mudanças para a Companhia, mesmo com a crise econômica que assolou o país e o mercado imobiliários, em especial, com o apoio da acionista e o empenho de seus administradores e colaboradores, a Companhia conquistou novos clientes, firmou parcerias e obteve um bom resultado.

As perspectivas para o ano de 2017 mostram-se promissoras, com a possível retomada da economia, forte demanda pelos investidores de produtos isentos lastreados por recebíveis imobiliários – CRI e do agronegócio, como o CRA. A Companhia permanece ativa na prospecção de novos clientes e de novas operações tendo inclusive novos mandatos em desenvolvimento.

A Grant Thornton Auditores Independentes foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria externa, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras anuais referentes a 31 de dezembro de 2016. Em atendimento à instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, desde a constituição da Companhia, serviços não relacionados à auditoria externa.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2017

<b>BRUCE THOMAS PHILIPS</b>	<b>SERGIO CAMARGO PENTEADO</b>
Diretor Presidente	Diretor de Relações com Investidores

Ourinvest Securitizadora S.A.

Demonstrações Contábeis acompanhadas  
do Relatório dos Auditores Independentes

Em 31 de Dezembro de 2016

## Índice

	<b>Página</b>
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis auditadas	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015	14



# Relatório dos Auditores Independentes

Aos:  
Acionistas e Administradores da  
**Ourinvest Securitizadora S.A.**  
São Paulo – SP

Grant Thornton Auditores Independentes  
Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 105  
12º andar  
Edifício Berrini One | Itaim Bibi  
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

## **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Ourinvest Securitizadora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ourinvest Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Demonstrações contábeis fiduciárias**

(Conforme notas explicativas 13. Demonstrações contábeis fiduciárias)

**Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:** a Companhia tem por objetivo a estruturação e emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (“CRA”), essas estruturas são utilizadas para converter uma carteira de ativos/contratos em títulos mobiliários passíveis de negociação no mercado de capitais. O risco mais significativo é o descasamento dos fluxos de caixa e valorização do lastro dos recebíveis, com isso, ocasionando o reconhecimento da receita fora do correto período de competência.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros; (i) avaliação da adequação dos controles internos implementados pela administração para controle do fluxo de emissão de CRI ou CRA; (ii) efetuamos testes substantivos para validarmos da existência das novas emissões ocorridas no exercício, entre os procedimentos de auditoria executados, podemos destacar (iii) exame dos novos termos de securitização, testes documentais por meio de amostragem para os recebimentos financeiros das cessões e repasses aos detentores dos CRI ou CRA e teste de aderência entre as informações registradas e as informações contábeis registradas e divulgadas.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor****Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado**

A demonstração do valor adicional (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar pelas IFRS que não requerem o DVA, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações contábeis. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os pronunciamentos definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definido nesse Pronunciamento Técnico e é consistente com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Demonstrações contábeis fiduciárias**

Examinamos também as demonstrações contábeis fiduciárias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, cuja apresentação é prevista no Artigo 12, da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 para companhias securitizadoras. Essas demonstrações contábeis foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nosso exame, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Informação suplementar – Relatório da administração**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2017.



Rafael Domínguez Barros  
GT GRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1



## Ourinvest Securitizadora S/A

### Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)

	Ativo		
	Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>			
Caixas e equivalentes de caixa	4	1.569	86
Outras contas a receber		32	17
Tributos a recuperar		170	32
		<u>1.771</u>	<u>135</u>
<b>Não circulante</b>			
Imobilizado		37	30
Intangível	5	87	146
		<u>124</u>	<u>178</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>1.895</u>	<u>313</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Ourinvest Securitizadora S/A

### Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)

#### Passivo e patrimônio líquido

	Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>			
Contas a pagar	8	4	-
Obrigações tributárias		238	-
Pessoal, encargos e benefícios sociais	6	158	87
Adiantamento para Aumento de Capital		-	655
Dividendos propostos		635	-
		1.035	742
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	7	827	6.709
Reservas de lucros		33	-
Prejuízos acumulados		-	(7.138)
		860	(429)
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>1.895</b>	<b>313</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Ourinvest Securitizadora S/A

### Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	10	2.765	-
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>2.765</b>	<b>-</b>
<b>Receitas/(despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	11	(1.959)	(966)
Resultado financeiro líquido		39	6
		<b>(1.920)</b>	<b>(960)</b>
Provisão para IR e CSLL		(177)	-
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>		<b>668</b>	<b>(960)</b>
Quantidades total de ações		827	2.793
Lucro(Prejuízo) por ação do capital social no exercício - R\$		0,81	(0,34)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Ourinvest Securitizadora S/A

### Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício	668	(960)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>668</u></b>	<b><u>(960)</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Ourinvest Securitizadora S/A

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros	Resultados acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	6.399	-	(6.178)	221
Aumento de capital (Nota 7)	310	-	-	310
Prejuízo do exercício	-	-	(960)	(960)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>6.709</b>	<b>-</b>	<b>(7.138)</b>	<b>(429)</b>
Aumento de capital (Nota 7)	1.256	-	-	1.256
Diminuição de capital (Nota 7)	(7.138)	-	7.138	7.138
Lucro do exercício	-	-	668	668
Reserva legal	-	33	(33)	-
Dividendos propostos (Nota 7)	-	-	(635)	(635)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>827</b>	<b>33</b>	<b>-</b>	<b>(6.278)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Ourinvest Securitizadora S/A

### Demonstração do Fluxo de Caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em Reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro (Prejuízo) do exercício	668	(960)
Depreciação e amortização	67	67
<b>Decréscimo/(acrécimo) nas contas de ativo</b>		
Tributos a recuperar	(138)	(2)
Contas a receber	(15)	-
<b>Acrécimo/(decrécimo) nas contas de passivo</b>		
Contas a pagar	(651)	-
Obrigações tributárias	226	(2)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	83	(6)
Aumento(Diminuição) em Contas a Pagar	-	653
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<u>240</u>	<u>(250)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de imobilizado e intangível	(13)	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>	<u>(13)</u>	<u>-</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	1.256	310
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	<u>1.256</u>	<u>310</u>
<b>Aumento/(redução) no caixa e equivalentes</b>	<u>1.483</u>	<u>60</u>
<b>Disponibilidade e valores equivalentes</b>		
No início do exercício	86	26
No final do exercício	1.569	86
	<u>1.483</u>	<u>60</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



**Ourinvest Securitizadora S/A**  
**Demonstrações dos valores adicionados**  
**Em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Valores expressos em reais mil, exceto enquanto indicado de outra forma)

	2016	2015
<b>Receitas</b>	<b>2.765</b>	<b>-</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.765	-
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(710)</b>	<b>(237)</b>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(710)	(237)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>2.055</b>	<b>(237)</b>
Depreciação, amortização e exaustão	(67)	(67)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Empresa</b>	<b>1.988</b>	<b>(304)</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>39</b>	<b>6</b>
Outras	39	6
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>2.027</b>	<b>(298)</b>
<b>Pessoal</b>	<b>1.168</b>	<b>657</b>
Remuneração direta	754	355
Benefícios	119	107
FGTS	28	22
Outros	267	173
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>191</b>	<b>5</b>
Federais	191	5
Estaduais	-	-
Municipais	-	-
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Juros	-	-
Aluguéis	-	-
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>668</b>	<b>(960)</b>
Lucro(Prejuízo) do exercício	668	(960)
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>2.027</b>	<b>(298)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Valores expressos em milhares de reais ou quando de outra forma indicado)

## 1. Contexto operacional

A Ourinvest Securitizadora S.A. (Companhia) é uma sociedade securitizadora de direitos creditórios do agronegócio e direitos creditórios imobiliários dedicada à aquisição, securitização, emissão, negociação e prestação de serviços relacionados a direitos creditórios do agronegócio e imobiliários passíveis de securitização.

Constituída em 30 de junho de 2010, sob a forma de Sociedade limitada com nome de ARP Participações Ltda. em Ata de Reunião dos Sócios realizada em 05 de agosto de 2010, foi transformada em Sociedade por ações, com prazo de duração indeterminado e teve sua razão social alterada para Brasil Agrosec Companhia Securitizadora. Em AGE de 22 de janeiro de 2016 a denominação social foi alterada para Ourinvest Securitizadora S.A.

A Companhia tem por objetivo social:

- a) aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários e do agronegócio, nos termos da Lei nº 11.076/04, e suas eventuais alterações posteriores com a consequente emissão de colocação dos Certificados Recebíveis Imobiliários (CRIs) e do Agronegócio (CRAs) correspondentes no mercado financeiro e de capitais;
- b) a realização de quaisquer atividades compatíveis com seu objeto, relativamente a tais direitos creditórios, aí incluídas, sem limitação, a Administração, alienação e a recuperação dos direitos creditórios por ela adquiridos;
- c) a realização de operações de *hedge* em mercados derivativos, visando à cobertura de riscos de sua carteira de direitos creditórios e créditos do agronegócio.

Após a alteração de seu objeto social com a inclusão das atividades de securitização imobiliária, bem como outras soluções administrativas a Companhia já demonstra a retomada de seus lucros e a rentabilidade.

Para 2017 a Companhia planeja uma rentabilidade maior que a realizada em 2016, evidenciando a continuidade dessa retomada.

## **2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**

### **a) Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A autorização para emissão das demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2017.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em reunião do colegiado realizada em 18 de novembro de 2008, decidiu comunicar ao mercado que utilizará para a análise de pedidos de registro de ofertas públicas de distribuição de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e companhias securitizadoras emissoras de CRA, a regulamentação aplicável ao registro de ofertas e emissores de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).

O CRA, instituído pela Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, é um título de crédito nominativo, de livre negociação, representativo de promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente por companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio. O CRA é necessariamente vinculado a direitos creditórios originários de negócios realizados entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos, relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária. O CRI, por sua vez, foi criado pela Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, e possui natureza jurídica semelhante a do CRA, embora seja vinculado à atividade de financiamento imobiliário.

A Instrução CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, principal norma desta comissão relativa aos CRI e seus emissores, tem como objetivo assegurar a proteção dos investidores e do mercado em geral, por meio de regras sobre o tratamento dispensado aos investidores e de requisitos de adequada divulgação de informações sobre a oferta, os valores mobiliários ofertados, os emissores e demais pessoas envolvidas na operação de securitização.

A CVM entende que os comandos da Instrução CVM nº 414, de 2004, são adequados ao CRA e às companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio, conforme comunicado do colegiado em 18 de novembro de 2008. Por isso, enquanto não tratar da matéria em norma específica, aplicará tais comandos, adaptando-os, no que couber, para acomodar as possíveis incompatibilidades entre a regulamentação de CRI e as características dos CRA e seus emissores.



**b) Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

**c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**3. Resumo das principais práticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

**a) Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

A Companhia reconhece a receita, quando aplicável, e somente quando:

- i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; e
- ii) é provável que benefícios econômicos-futuros fluirão para a Companhia.

Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido transferidas para o cliente. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada operação.

**b) Estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis em razão do tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

**d) Ativo circulante**

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

**e) Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas da Companhia.

**f) Intangível**

Os ativos intangíveis compreendem os softwares adquiridos de terceiros, mensurados pelo custo total de aquisição deduzidos das despesas de amortização.

**g) Passivos**

Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou como resultado de eventos passados, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-los. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**h) Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros podem incluir depósitos bancários, aplicações financeiras, cédulas de produtos rurais financeiras, certificados de recebíveis do agronegócio e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito a seguir:

**Instrumentos mantidos até o vencimento**

Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento.

Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

**Instrumentos disponíveis para venda**

Se a Companhia tiver instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida, esses serão classificados como disponíveis para venda.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

**Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

**Empréstimos e recebíveis e passivo financeiro não mensurado ao valor justo**

São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável, se aplicável. As cédulas de produto rural financeira e os Certificados de Recebíveis do Agronegócio enquadram-se nesta categoria e estavam registrados pelo valor de aquisição e captação, respectivamente, acrescidos dos rendimentos e/ou encargos auferidos até a data de encerramento do exercício, as quais não são incorporadas ao resultado e ao patrimônio da Companhia, por se constituírem em patrimônio em separado nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, Seção VI do regime fiduciário.

**i) Imposto de Renda e Contribuição Social**

A provisão para Imposto de Renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.



**j) Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa.

**k) Demonstrações de Valor Adicionado (DVA)**

A legislação societária brasileira requer a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como parte do conjunto das demonstrações contábeis apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações contábeis.

**l) Resultado por ação**

Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico por ação é obtido dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações.

**m) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros**

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foram adotados antecipadamente:

- CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) – O pronunciamento substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável a instrumentos financeiros e será adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (impairment) e (III) contabilização de cobertura (hedge accounting). Dentre as diversas alterações, consideramos que os itens abaixo podem apresentar maiores impactos: (I) Classificação e mensuração de ativos financeiros: dois critérios devem ser considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros, sendo o primeiro o modelo de negócios da entidade na gestão de seus ativos financeiros e o segundo as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros; (II) Redução ao valor recuperável (impairment): A nova norma traz o conceito de perda esperada e classificação em três estágios; (III) Contabilização de cobertura (hedge accounting): Os requisitos para Contabilização de cobertura (hedge accounting) estão diretamente relacionados com a gestão de risco e têm aplicação prospectiva.



- CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes (IFRS15): O pronunciamento substitui a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A Companhia adotará a IFRS 15 retrospectivamente apenas para contratos não finalizados até a data de entrada em vigor da norma. Demais efeitos deverão ser ajustados em contrapartida a Lucros e Prejuízos Acumulados. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Não foram identificados impactos significativos na adoção desta norma até o presente momento.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Bancos	53	76
Aplicações financeiras	1.516	10
	<b>1.569</b>	<b>86</b>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as aplicações financeiras referem-se a títulos de renda fixa.

#### 5. Intangível

Referem-se a gastos no montante de R\$ 87 (R\$ 148 em 2015), relacionados ao desenvolvimento de software para operações de securitização.

#### 6. Pessoal, encargos e benefícios sociais

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão de Férias e 13º Salário	46	40
Provisão INSS s/ Provisões	12	11
Provisão FGTS s/ Provisões	4	3
INSS a recolher	21	8
FGTS a recolher	4	3
IRRF sobre salários a recolher	26	13
Salários a pagar	45	9
	<b>158</b>	<b>87</b>

#### 7. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia é de R\$ 827 (R\$ 6.709 em 2015), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 826.755 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 22 de janeiro de 2016, a Companhia aumentou o capital em R\$ 510, passando o capital social de R\$ 6.709 para R\$ 7.219 mediante a créditos relativos à Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). O referido aumento foi realizado com a emissão de 9.808.729 novas ações da Companhia. A Companhia é controlada pela Ourinvest Participações S.A que detém 100% das ações.

Em 29 de dezembro de 2016, a Companhia aumentou o capital em R\$ 746, passando o capital social de R\$ 7.219 para R\$ 7.965 mediante a créditos relativos à Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). O referido aumento foi realizado com a emissão de 746 novas ações da Companhia. A Companhia é controlada pela Ourinvest Participações S.A que detém 100% das ações.

Em AGE de 29 de dezembro de 2016 foi aprovada a redução do capital em R\$ 7.138 para absorção de prejuízos acumulados, com cancelamento de 12.520.902 ações.

O lucro líquido, após constituição da Reserva Legal, foi contabilizado no passivo sob a rubrica "Dividendos Propostos", que serão submetidos à Assembleia Ordinária.

### 8. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros todas registradas em contas patrimoniais do balanço fiduciário, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como reduzir a exposição de riscos e de taxas de juros:

	31/12/2016	31/12/2015
	Ativos a valor justo com (ganhos/perdas) reconhecidos no resultado	Ativos a valor justo com (ganhos/perdas) reconhecidos no resultado
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 4)	1.516	10
	<b>1.516</b>	<b>10</b>

Os valores pelos quais estes instrumentos financeiros estão registrados aproximam-se dos seus respectivos valores de mercado, não produzindo, portanto, diferenças significativas na apresentação contábil.

### 9. Contingências

A Companhia não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista ou cível, que devam estar registrados nas informações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

### 10. Receitas

No exercício de 2016 gerou receita líquida de R\$ 2.765 relativa a emissão de CRA e CRI. No exercício de 2015 a Companhia não gerou receitas operacionais.

### 11. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2016	31/12/2015
Despesa com consultoria	(565)	(134)
Despesa com tarifas/taxas Cetip	(24)	(12)
Despesa com salários e benefícios	(1.168)	(659)
Anúncios e publicações	(46)	(47)
Outras despesas administrativas	(156)	(114)
	<b>(1.959)</b>	<b>(966)</b>

## 12. Partes relacionadas

### Remuneração do pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a remuneração dos administradores (conselho, diretoria e administradores) da Companhia foi no valor aproximado de R\$ 754 (R\$355 em 2015).

### Benefício pós-emprego

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a Diretoria ou membros do Conselho de Administração.

## 13. Demonstrações contábeis fiduciárias

Em 01 de abril de 2016 a Companhia emitiu CRAs da 4ª série da 2ª emissão, perfazendo um total de R\$ 675.000 lastreado em Direitos Creditórios do Agronegócio, devidos pela Duratex Florestal Ltda. Em 03 de outubro de 2016 ocorreu o resgate antecipado dessa operação.

Em 19 de agosto de 2016 a Companhia emitiu 9.000 (nove mil) CRIs da 1ª Série, lastreados em CCBs da TecniSA S.A e da Stuhlberger Incorporadora Ltda.

Em 19 de dezembro de 2016 a Companhia emitiu 5.000 (cinco mil) CRIs da 2ª, 3ª e 4ª séries.

Em 21 de dezembro de 2016 a Companhia emitiu 700.000 (setecentos mil) CRAs da 2ª série.

Em 31 de dezembro de 2016 o balanço fiduciário era o abaixo:

	31.12.2016
<b>Ativo</b>	
Disponibilidades	18.191
Recebíveis CRI1ª Série	74.643
Recebíveis CRI 2ª, 3ª e 4ª Séries	50.032
Recebíveis CRA 5ª Série	702.439
<b>Total do Ativo</b>	<b>845.305</b>
	<b>31.12.2016</b>
<b>Passivo</b>	
CRI1ª Série	74.580
CRI 2ª, 3ª e 4ª Séries	40.706
CRA 5ª Série	702.439
Superveniências CRI1ª Série	15.390
Superveniências CRI 2ª, 3ª e 4ª Séries	12.190
Superveniências CRA 5ª Série	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>845.305</b>

## 14. Declaração dos Diretores

Em conformidade com o artigo 25, § 1º, inciso V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovam as demonstrações contábeis da Companhia e o relatório dos auditores independentes.

## 15. Relação com auditores

A empresa de auditoria independente por nos contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o período além da auditoria externa.